



CLASSE E SOCIEDADE DE RISCO

BRUNO SANTOS ALENCAR¹³

RESUMO

Este artigo se propõe a sintetizar os estudos de Ulrich Beck em torno da sociedade de risco inserida em um contexto de modernização reflexiva, analisar suas ponderações em relação aos conceitos de classes e camadas sociais e, assim, buscar possíveis relações às análises dos mesmos conceitos dentro do paradigma marxista. Uma das finalidades centrais deste artigo é abrir o debate para se pensar classes em uma sociedade em que a produção de riscos cai em cima de todos, mas principalmente na classe trabalhadora.

Palavras-chave: Modernidade reflexiva; sociedade de risco; capitalismo; classe.

ABSTRACT

This article aims to synthesize Ulrich Beck's studies on risk society, inserted in a context of reflexive modernization, analyze his considerations in relation to the concepts of classes and social layers and, thus, to seek possible relationships to the analyses of the same concepts within the Marxist paradigm. One of the central purposes of this article is to open the debate to think about classes in a society in which the production of risks falls on everyone, specially the working class.

Keywords: Reflexive modernity; risk society; capitalism; class.



INTRODUÇÃO

Ulrich Beck (1944-2015), nascido na cidade de Stolp, na região da Pomerânia, antiga cidade da Alemanha e agora território polonês, foi um dos maiores sociólogos contemporâneos do Ocidente. O autor propõe uma terceira via para os debates no fim do século 20 dentro do campo científico, no qual se encontrava em um antagonismo entre os modernistas e os pós-modernistas, e assim propõe a concepção de uma segunda modernidade para representar não o fim da modernidade, mas o seu desenvolvimento.

Esta segunda modernidade pode ser concebida a partir de um processo de modernização reflexiva, isto é, o processo de reflexividade sobre a própria modernidade, em que todos os seus fundamentos são questionados. A razão e a ciência, por exemplo, como dois dentre vários fundamentos que marcaram e fundamentaram a modernidade, começam a ser objetos de reflexão. Começa-se a questionar se de fato as indústrias e o processo de industrialização podem solucionar todos os problemas que elas se propõem a solucionar e, além disso, se elas são passíveis de falhas e podem acarretar riscos. Assim, supõe-se que a modernidade reflexiva signifique:

[...] uma mudança da sociedade industrial – ocorrida sub-repticiamente e sem planejamento no início de uma modernização normal, autônoma, e com uma ordem política e econômica inalterada e intacta – implica a radicalização da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial e abrir caminhos para outra modernidade. (BECK, 2012)

O risco está presente no cotidiano das pessoas, e esse cotidiano se torna objeto de estudo deste autor. As instituições políticas, os especialistas, os movimentos sociais e os indivíduos começam a perceber e a se preocupar com os riscos que vêm entranhados com as decisões em relação ao desenvolvimento. Dessa forma, se torna interesse da esfera pública e privada, longe de fazer parte de debates harmoniosos, mas de conflitos de percepções no que tange a legitimidade do risco.

Considerando a divergência das percepções de riscos que são tão diversas, não apenas em uma escala entre duas classes antagônicas – burguesia e proletariado –, assim como também dentro das próprias classes, ou seja, os estratos presentes dentro de ambas as classes. Entra-se em conflito os interesses e as tomadas de decisões entre grupos sociais que buscam de alguma forma minimizar os riscos que cada um pode vir a sofrer ou que podem causar uns nos outros. Os riscos afetam a todos, mesmo sendo distribuídos desigualmente. Eles serão considerados dentro de debates envolvendo questões ecológicas,



econômicas, psicológicas, medicinais, sociais etc., e dessa forma, se percebe um processo de individualização dentro das percepções de risco, desvincilhando os indivíduos das classes sociais e reformulando toda a estrutura social.

Busca-se a partir deste artigo analisar especificamente sobre o risco e a sociedade de risco dentro da segunda modernidade, com tentativas de voltar nas análises em um dos clássicos da Sociologia, Karl Marx (1818-1883), para pensar o risco e a sua distribuição dentro de uma sociedade titulada por Beck como sociedade de risco. A finalidade central a partir desta análise será a tentativa de reflexão sobre se estamos a viver em uma sociedade capitalista pós-classes ou apenas se mudaram as dinâmicas dentro das lutas de classes. Dessa forma, o foco será analisar essas relações dentro da classe não detentora dos meios de produção especificamente. Evidentemente, pela complexidade de tal debate, não se propõe concluir algo de forma fechada, mas abrir e ampliar o debate dentro das Ciências Sociais.

MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA

A modernidade foi um período histórico marcado por um processo de desenvolvimento nunca visto antes no mundo. Caracterizada pelo desenvolvimento de técnicas e tecnologias que trariam grandes centros urbanos, a mercantilização e ampliação da informação. Novos processos de produção que ao longo de curtos períodos já se tornam obsoletos e com o surgimento de novas dinâmicas sociais a partir de avanços que já se tornarão efêmeras dentro das sociedades humanas.

Já no início do capítulo I do livro *Sociedade de Risco* (2010) de Ulrich Beck, temos a sua definição de modernidade:

Modernização significa o salto tecnológico de racionalização e a transformação do trabalho e da organização, englobando para além disto muito mais: a mudança dos caracteres sociais e das biografias padrão, dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e controle, das formas políticas de opressão e participação, das concepções de realidade e das normas cognitivas (BECK, p. 23)

A modernidade se lança com um discurso universalizante, prometendo melhorias nas várias esferas da vida humana a partir do progresso, da razão e da ciência. Seria o momento em que a humanidade juntaria todas as forças pela busca da emancipação humana. Uma busca influenciada por René Descartes que funda o racionalismo na Filosofia e que irá influenciar as seguintes gerações em diversas áreas do conhecimento, dando origem a



pensadores como David Hume, Immanuel Kant, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau etc.

O desenvolvimento dentro dessa modernização viria a ser causado pelo avanço do modo capitalista de produção, em um sistema que apenas consegue existir em constante ampliação das suas forças produtivas, isto é, do seu próprio desenvolvimento. Assim, esta regra se torna o princípio deste sistema. Uma das instituições que mais foram responsáveis por este desenvolvimento foi a Indústria, que avançando em níveis globais, uniu o mundo de uma forma ou de outra para compartilharem os mesmos avanços e riscos em uma redistribuição totalmente desigual.

A partir disto, a modernidade se inunda de riscos que irão afetar a sua própria existência, com muitos especialistas, intitulados de pós-modernos, decretando que a humanidade estaria cada vez mais próxima de conceber o fim da modernidade. Entretanto, o autor aqui analisado, Ulrich Beck, afirma não ser em si o seu fim, mas a sua continuação em outros moldes. A sua continuação será tratada como uma segunda modernidade ou, melhor dizendo, uma modernidade reflexiva, responsável por questionar a própria modernidade e os seus fundamentos.

Nesta segunda modernidade, se questiona o próprio desenvolvimento trazido pela modernidade, principalmente com o avanço da industrialização. Estes questionamentos começam a surgir entre as décadas de 1940 e 1990 e compõem um processo histórico conhecido como o desenvolvimento da pós-modernidade¹⁴ dentro das Ciências Humanas. Beck indica a modernidade reflexiva como uma terceira via para pensar essas novas dinâmicas, uma alternativa para um debate dicotômico entre modernistas e pós-modernistas. Dessa forma, a modernidade reflexiva é um movimento que busca a reflexão sobre a própria modernidade, a fim de pensar os riscos e as ameaças contra a humanidade que pode se alcançar a partir dela.

Para pensar as mudanças nas relações sociais com o advento dessas quebras de paradigmas, o autor irá discutir temas relacionados ao meio ambiente, a família, a medicina, a produção industrial, a produção científica, a luta política no cotidiano etc., para constatar que estamos numa fase em que os riscos e ameaças, causados pelo desenvolvimento produtivo e cultural, se democratizaram, isto é, está a afetar a todos independente de classe social, econômica e política.

14 Ver mais sobre em *A Condição Pós-Moderna* (1979) de Jean-François Lyotard.



SOCIEDADE DE RISCO

Entender a sociedade de risco faz-se necessário compreender o risco como conceito sociológico. Na análise de Beck, a produção de riscos é acompanhada com a produção de riquezas, isto quer dizer, se uma indústria de um setor específico está em busca de produzir uma nova tecnologia ou técnica de produção, há a possibilidade de isto ser acompanhado por variados riscos. Os riscos são evidências probabilísticas, isto é, possui um potencial ao dano. Antecede a ameaça, sendo esta já quando o risco se torna real. Há também a crise, que é quando o risco já se tornou realidade e se alastrou.

O risco será percebido de maneira diferente dependendo do grupo social que o indivíduo se encontra, aumentando a tensão entre tais grupos que irão disputar os seus interesses a partir disso. Esses grupos podem fazer parte de várias esferas da sociedade. No campo científico, podemos ter especialistas de diferentes áreas discutindo se algo é ou não um risco, assim como também podemos encontrar essas discussões entre diferentes movimentos sociais. Exemplificando, pensando no contexto brasileiro, temos o setor agropecuário que opera e se expande a partir de estudos científicos no âmbito da biologia, agronomia, economia etc., e será legitimado por essas ciências e certas instituições políticas que vão defender as suas operações e expansão a partir de um modelo econômico e objetivos específicos para se atingir um certo tipo de desenvolvimento desejável. Em oposição, há movimentos sociais ambientalistas e de povos indígenas que vão contra a este setor por denúncias de práticas que ferem a existência não apenas deles, mas de todos os indivíduos presentes no território nacional e até internacionalmente, também, utilizando-se das ciências econômicas, naturais e sociais para pensar os riscos e ameaças que este setor induz. Percebe-se que além do risco ser objeto de disputa, assim também é o modelo de desenvolvimento.

Ainda temos mais um fator que entra nesta equação sociológica no que se deve que, em alguns casos, o risco e as ameaças podem não ser perceptíveis de maneira imediata pelos indivíduos, por exemplo, a radioatividade, os poluentes presentes nos alimentos, no ar e na água. Logo, dentro do campo sociológico, se vê necessário perceber o risco como um objeto para além do estudo do conflito entre grupos sociais, mas como objeto de especulação como variante de ameaça a partir de decisões e atos humanos, para daí se pensar possíveis soluções.

Apesar da disputa em torno da legitimidade e da produção dos riscos, o autor argumenta que até mesmo aqueles que são autores da produção de riscos serão afetados, principalmente se pensarmos no risco que toda a humanidade está a sofrer de simplesmente acabar devido às mudanças climáticas. Além de todas as consequências que essas mudanças podem



acarretar como a morte de várias espécies de animais, a destruição das florestas e de toda uma biodiversidade que são essenciais para a vida humana. Dessa forma, é aí que o risco escapa das classes e se torna ameaça para todos.

A globalização, processo de integração política, econômica e cultural mundial, causada por um desenvolvimento nos meios de transporte e da comunicação, irá tornar as fronteiras entre os países menos rígidas de forma objetiva e subjetiva. Dito isto, discutir a sociedade de risco também é discutir uma sociedade global de riscos, considerando que agora os riscos ultrapassam as fronteiras e adquiriram uma qualidade cosmopolita, ninguém mais está a salvo. As queimadas nas florestas do Canadá, em 2023, causaram fumaças que invadiram cidades dos Estados Unidos e afetaram a saúde da população que até hoje persistem em sequelas. Assim como as queimadas em território brasileiro afetam outros países dentro da América do Sul, sejam aqueles que compartilham o território amazônico e possuem as suas florestas queimadas, sejam aqueles que recebem as fumaças espessas produzidas pelas queimadas em suas cidades a quilômetros de distância.

CLASSE E CAMADAS SOCIAIS

O autor assim defende que as situações de risco não são situações de classe, pois desencadeiam dinâmicas que não podem ser abarcadas e concebidas em termos de classe:

Propriedade de uns implica em privação de propriedade para outros e, em decorrência, numa relação de tensão e conflito social na qual podem-se formar e reforçar identidades sociais em contínua reciprocidade [...] Inteiramente distinto é o caso das situações de ameaça. Quem é afetado por perigos está com problemas, mas não chega a privar os outros, os não afetados, do que quer que seja. Sofrer o impacto e não sofrer o impacto não se polarizam como ter propriedade e não ter. Expresso numa analogia: à ‘classe’ dos afetados não se opõe uma ‘classe’ dos não afetados. À ‘classe’ dos afetados opõe-se, na melhor das hipóteses, a ‘classe’ dos ainda-não afetados. (BECK, 2010, 47)

Dessa forma, o autor demonstra que não há como escapar dos riscos e das ameaças, mesmo que eles atinjam os indivíduos de maneira diferente, ninguém consegue escapar. Além disso, trata o conceito de classe, principalmente aquela desenvolvida por Karl Marx e os marxistas, como uma experiência histórica e meramente identitária quando considera como sendo “fundamentalmente no sentido do século XIX e do início do século XX, ou seja, no sentido do discurso ao qual esse conceito deve seu conteúdo social e político” e que “ao deixar de ser socialmente perceptível, por conta do desenvolvimento socio estrutural, o conceito de classe torna-se solitário” (BECK, 1986, p. 130), e assim admite que se torna



necessário uma nova estrutura social a ser pensada nos tempos contemporâneos.

Esta forma de pensar a classe se opõe à forma em que Karl Marx concebeu o mesmo conceito. Beck, em alguns momentos, desvaloriza o conceito de classe e desconsidera o conceito de camada social (*strata*¹⁵). O conceito de classe acaba sendo considerado como insuficiente para explicar a realidade contemporânea, ou como uma questão meramente identitária: “A massa faz a realidade (na sociedade de massas, a massa tem peso)” (BECK, 1986, p. 131).

No Manifesto do Partido Comunista (1948), Marx e Engels irão sintetizar o desenvolvimento da classe burguesa como um movimento histórico, material e dialético. Dessa forma, concebem a existência da burguesia como resultado de um processo de longas revoluções lideradas por minorias que tomaram o poder e assim, com as condições materiais necessárias, dominavam outras classes sociais. No contexto da revolução burguesa e com a sua consolidação, a partir do processo de industrialização, principalmente na transição da manufatura para a maquinofatura, as classes econômicas começam a se simplificar cada vez mais. Com o surgimento da classe proletária — classe esta que será dominada por meio das indústrias e, futuramente, em outros setores —, veremos um processo de proletarização das outras diversas classes, por exemplo, os artesãos e os camponeses. Isto não significa que estes últimos deixaram de existir, mas, com toda a mudança na cadeia produtiva após a industrialização, entraram em uma lógica em que se viram obrigados a se sujeitarem ao modo de produção capitalista e daí, se tornarem despossuídos dos meios de produção, assim como os proletários. Dessa forma, se percebe que não é apenas a função e as atividades que definem uma classe, mas também a sua posição na cadeia produtiva.

Pensar a proletarização não deveria se limitar em imaginar indivíduos trabalhando estritamente em indústrias, mas também como um processo em que os indivíduos, cada vez mais, perdem o acesso aos seus instrumentos de trabalho e são jogados em lógicas de produção e de trocas que estão dentro da lógica burguesa. O camponês perde acesso às suas terras a partir do avanço das indústrias, os artesãos perdem a sua importância no mercado com a chegada das mesmas indústrias, tornando os seus trabalhos manuais qualitativamente ultrapassados e passíveis de serem substituídos por tecnologias avançadas que produzem muito mais rápido e em uma escala superior.

O uso dos termos proletário e/ou trabalhador é controverso e são a todo instante revisitados por vários autores marxistas e não marxistas, por movimentos sócio-políticos e pelos próprios integrantes dos partidos comunistas. Vladimir Ilyich Ulyanov e Mao Tse-Tung

¹⁵ Strata ou Social Stratification se relaciona com os debates marxistas em torno das classes sociais dentro de uma classe. A classe proletária possui classes sociais que terão um desigual acesso aos meios de produção. Ver sobre em *Strata in the Working Class* (HARVEY, Martin. 1947).



foram responsáveis por ampliarem a concepção de proletariado ao incluir os camponeses, Herbert Marcuse buscou incluir também os estudantes intelectuais, e outros pensaram as desigualdades dentro da própria classe trabalhadora em nível global, como por exemplo, Immanuel Wallerstein.

O Comitê para Derrotar o Revisionismo, pela Unidade Comunista (The Committee to Defeat Revisionism, for Communist Unity), um pequeno grupo marxista-leninista britânico que abandonou o Partido Comunista da Grã-Bretanha para fundar a sua unidade devido a diferenças práticas e ideológicas, criticou o partido ao afirmar que este havia deixado de lado qualquer tentativa de analisar a classe trabalhadora inglesa, justamente por não conseguirem muitas vezes definir quem são os proletários. A partir disso, eles mesmos tentam pensar sobre a estratificação dentro da classe proletária inglesa em *Notas sobre a classe média baixa e o semiproletariado na Grã-Bretanha* (MCCRERRY, Michael. 1964).

O autor Martin Harvey em *Camadas Sociais na Classe Trabalhadora* (Strata in The Working Class), publicado em 1947, discute profundamente a desigualdade entre trabalhadores especializados e não especializados, de grandes e pequenas indústrias e como esses fatores dificultam ou facilitam a organização política de luta contra a exploração burguesa. Por cima, considerou ainda que há outros fatores que iriam vir a afetar a desigualdade dentro da classe trabalhadora, uma delas sendo a raça/etnia.

Se Marx não viveu o bastante para pensar a estratificação social ou as camadas sociais dentro da classe trabalhadora, o que não falta são marxistas que assumem esse papel. Ainda assim, Beck defende que o conceito de classe, pensado por Marx e pelos marxistas, é um “conceito de classe liberalizado, um conceito de classe que já está de saída, um conceito de transição, entre cujos dedos escapa a realidade social das classes [...].” (BECK, 1986, p. 131)

INDIVIDUALIZAÇÃO E O FIM DAS CLASSES?

De acordo com Beck, a análise social em termos de classes se tornou insuficiente para compreender a sociedade contemporânea. Para argumentar, discute o desenvolvimento socioeconômico e as suas consequências no Ocidente, especificamente na Alemanha. Apesar das desigualdades terem aumentado a partir da década de 70 e estas possuírem uma qualidade classista, podem-se perder analiticamente devido aos nivelamentos entre as classes que podem ser pensados a partir da mobilidade, da educação e do desemprego.

No que tange a mobilidade, “a remuneração real média dos trabalhadores industriais foi mais que triplicada entre os anos 1880 e 1970 (sendo que o grande salto ocorreu no período posterior a 1950)” (BECK, 2010, p. 114). Essa elevação de renda – causada



pelo modelo do Estado de bem-estar social – causou uma democratização de bens e consumos simbólicos, pelo fato de que a classe trabalhadora alemã obteve mais acesso a vestuários, aparelhos de rádio e televisão, automóveis, casas maiores, e até férias com a possibilidade de viajar para longe de seu país e região. Tudo isso, sendo acompanhado de pesados investimentos na educação e com a importância que a educação superior passa a ter na vida das pessoas, que será o principal meio para buscar se alavancar no mercado de trabalho e, consequentemente, aumentar a renda e o acesso aos bens materiais.

Este fenômeno descrito acima será denominado como efeito elevador pelo autor, e irá transformar as dinâmicas entre os indivíduos e as suas carreiras. Com a elevação do padrão de vida “produz-se um impulso individualizatório que libera as pessoas dos tradicionais vínculos de classe e as converte [...] em agentes de sua própria carreira” (BECK, 2010, p. 115). Dessa forma, isso aumenta a responsabilidade das pessoas em termos biográficos, isto é, pensar os seus destinos dentro do mercado de trabalho, a carreira, não mais em termos coletivos, e assim aumentando o processo de individualização da sociedade. Quanto ao desemprego que chega a partir das crises, os indivíduos se encontram sozinhos e com um sentimento de culpa, já que se sentem responsáveis pela sua entrada e saída do mercado de trabalho.

Este tema foi abordado por Daniel Jakopovich, que demonstra por meio do seu artigo *The Concept of Class* (O Conceito de Classe) diversas linhas metodológicas e autores, marxistas e weberianos da contemporaneidade, debatendo e pensando o conceito de classe, além de elucidar as estratificações presentes dentro da classe burguesa e classe proletária. O autor analisa essa situação a partir de lentes analíticas dialéticas, materialistas e históricas. Define o conceito de classe estrutural objetivamente como o antagonismo entre as classes burguesa e proletariado, não apenas no que tange a produção como também a distribuição e a troca.

Jakopovich traça uma linha histórica dos estudos marxistas e weberianos – até chegar aos neomarxistas e neoweberianos – e percebe uma tendência dos autores de ambos os paradigmas que, a partir do século XX, começam a produzir esquemas de classes e modelos que poderiam explicar a desigualdade não mais apenas entre a burguesia e proletariado, mas também dentro da burguesia e do proletariado, ou seja, as suas estratificações. Chegam a um ponto de se confundir ambos os paradigmas a partir do momento em que marxistas weberianos começam a analisar a estratificação dentro da classe proletária a partir do status dos trabalhadores, considerando o nível de renda e de especialização.

Considera-se que há desigualdades geradas dentro das relações de classe estrutural e desigualdades fora dessa relação. Na primeira, podemos citar exemplos como a formação de uma classe média que é gerada dentro da classe trabalhadora, geralmente



trabalhadores com um alto nível de especialização que conseguem se inserir em setores de ponta, ou até mesmo trabalhadores que atuam como trabalhadores em fábricas. Na segunda, podemos citar como exemplo um recorte de gênero e de raça, que por questões históricas, trabalhadores do sexo feminino, negros e indígenas sofreram e sofrem uma desigualdade dentro do mundo do trabalho, dentro da classe proletária. Também pode se considerar outra camada social de indivíduos que podem surgir dos dois casos e serão alvos de debates fortes que buscam analisar se podem ou não ser considerados trabalhadores, os lumpenproletariat¹⁶.

Seria possível passar anos pensando sobre a desigualdade na classe trabalhadora e formular diversas categorias a fim de encaixar indivíduos que se concentram em diversas localidades na cadeia produtiva e até fora dela. Categorias que ao passar dos anos, teriam que ser repensadas, devido às novas dinâmicas que vão surgindo ao desenrolar da história. Jakopovich afirma que mesmo que existam essas desigualdades, não anulam as relações de produção e nem as tornam obsoletas. Ainda é evidente que as relações de produção entre as classes proletária e burguesa estão de pé e mais fortes do que nunca, se baseando na apropriação dos meios de produção para gerar uma dinâmica de exploração e dominação.

Dessa forma, será que podemos definir o fim das classes pensadas por Karl Marx? O homem e a mulher, o homem branco e o homem negro, e a mulher branca e a mulher negra: mesmo considerando as desigualdades notáveis que estes possuem entre si, se a única coisa que eles possuem é a sua força de trabalho a ser vendida para conseguir daí a sua subsistência, então tudo indica que ainda é necessário considerar as relações de classe entre burguesia e proletariado mesmo no século XXI.

CONCLUSÃO

Assim percebem-se as principais diferenças entre as abordagens marxistas e a de Ulrich Beck em relação à análise de classe e strata (camada social). A modernização reflexiva não foi apenas um fenômeno pós segunda guerra mundial e um movimento contemporâneo, mas também um fenômeno que desafia as análises clássicas da era moderna e que busca questionar as suas legitimidades em tempos de tamanhas transformações nas dinâmicas sociais.

Beck trata a individualização como um fato dado dentro do contexto atual de sociedade global de risco. A responsabilidade dos riscos recai sob os indivíduos de diversas rendas, especialidades, posições políticas etc., e sejam lá quais forem as suas posições dentro das dinâmicas de poder. Essa responsabilidade foi uma consequência da própria modernidade, que cria as condições necessárias para o surgimento dos riscos que irão ameaçar o seu

¹⁶ Ver mais sobre a definição do conceito em Glossary of Terms: L (marxists.org).



próprio fim, ou, como Beck afirmava, a sua reestruturação.

Torna-se essencial ir e voltar nas análises de Marx e dos marxistas, assim como se abrir para as análises contemporâneas. Entender a superestrutura dos tempos modernos pode propiciar os avanços dos estudos das relações de classe, mas é preciso se questionar até que ponto tudo mudou. As transformações da virada do século são evidentes, mas a codificação dessas transformações exige que a comunidade das Ciências Sociais se junte para pensá-las. É essencial buscar compreender se este processo de individualização se reflete em uma falta de consciência de classe ou de um processo real que está a desembocar no fim das classes.

REFERÊNCIAS

- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 2001.
- GLABERMAN, Martin [Martin Harvey] Strata in the working class. Internal Bulletin of the Johnson-Forest Tendency, n. 6, 1947. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/glaberman/1947/08/strata.htm>. Acesso em: 26/08/2024
- JAKOPOVICH, Daniel. The Concept of Class. Cambridge Studies in Social Research No. 14, SSRG Publications. 2014.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo : Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Capital: a critique of political economy. Volume III: the process of capitalist production as a whole. New York: International Publishers, 1894.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Trad. José Barata Moura. Editorial “Avante!”, 1997. Publicado originalmente em 1848.
- McCREERY, Michael. Notes on the lower middle class and the semi-proletariat in Britain. The Committee to Defeat Revisionism, for Communist Unity, 1964. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/erol/uk.firstwave/mccreerynotes.htm>. Acesso em: 26/08/2024.